EDITAL Nº 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

PROTOLO ADMINISTRATIVO nº 8.839/2026.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos para atenderem a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 402.958,57

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 17 DE SETEMBRO DE 2026

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS **8:00** HORAS DE 17 **DE SETEMBRO DE 2026.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:30 HORAS

PORTARIA Nº 221 DE 21 DE JANEIRO DE 2025: Pregoeiro Oficial.
PORTARIA Nº 314 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025: Pregoeiro Oficial.
PORTARIA Nº 1783 DE 27 DE JULHO DE 2026: Pregoeiro Oficial.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação Exclusiva ME/EPP? SIM

OBS: PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO EMPRESAS INTERESSADAS COMPATÍVEIS AO RAMO DE ATIVIDADE PERTINENTE AO OBJETO E QUE ATENDAM TODOS OS REQUISITOS CONTIDOS NESTE EDITAL.

SUMÁRIO

01. DO OBJETO..... 03
02. DA CONTRATAÇÃO 03
03. DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 04
04. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOUMENTOS DE HABILITAÇÃO..... 06
05. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 07
06. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 08
07. DA FASE DE JULGAMENTO E PROVA DE CONCEITO 11
08. FASE DE HABILITAÇÃO 13
09. DA CONTRATAÇÃO 16
10. DOS RECURSOS *17*
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES *18*
12. *DA IMPUGNAÇÃO* AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... 20
15. *DISPOSIÇÕES GERAIS* 21
16. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 22
17. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO. 43
18. ANEXO III – TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO 49
19. ANEXO IV - *Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa Enquadrada no Art. 34 da Lei nº 11.488/2007* 51
20. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA 52
25. ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL 54

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

(Protocolo Administrativo n° 8.839/2026)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU, por meio da Secretaria Municipal de Compras, sediada Rua Washington Luiz, 819, Centro, CEP: 18950-025, Ipaussu-SP, realizará licitação, para CONTRATA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa **ABERTO**, através da Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e Decretos Municipais nº 509,511,512, 513, 515,516,518,526,527/2023 e demais decretos necessários, publicados em 13 de abril de 2023 no Diário Oficial de Ipaussu ((https://www.gdoe.com.br/publicacao/?arq=6437fb303f1d8.pdf), e demais legislação aplicável, instruções normativas e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Ipaussu, através do endereço eletrônico www.ipaussu.sp.gov.br, na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Ipaussu, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico site www.bll.org.br , bem como, no site da Prefeitura Municipal e, www.ipaussu.sp.gov.br.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos para atenderem a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será por menor preço por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta da ata de registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação e que estiverem previamente credenciados na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br .

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *A participação é **exclusiva para a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista.*

3.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016).

3.5.2. A não-regularização da documentação pela ME, EPP e MEI, no prazo previsto no subitem anterior, **implicará na decadência do direito à contratação,** sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e na legislação de vigência, convocando-se os demais licitantes para a continuidade do certame

3.5.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21)

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,

acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ipaussu, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.14. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.14.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do portal eletrônico Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br e apresentar Declaração (Anexo V) que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.Modelo de Declaração (Anexo IV)

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.55 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.90 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos

5.1.1. valor **unitário e total;**

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o (s) item (ns) de seu interesse. Quando for o caso de julgamento por lote o licitante deverá oferecer proposta com todos os itens que compõe o lote.

5.2.2. Nesta licitação para registro de preços, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a futura contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico **www.bll.org.br** na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo MENOR PREÇO.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ***de R$0,01 (um centavo).***

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado "**ABERTO**".

6.11. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o "**ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de **DESCONEXÃO** com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico site **www.bll.org.br** , poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguida de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei nº 14.133, de 2021;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

6.19.1. ***Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ser o mesmo para todos os itens.***

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.1.3. Relação de Apenados (TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados .

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade itens 3.5 e 3.6, deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços apresentados em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que se trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposto no item 8.

7.9. Será **DESCLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

7.9.1. contiver vícios insanáveis;

7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço **(UNITÁRIO E TOTAL)** máximo definido para a contratação;

7.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o ***caput***, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Quando for o caso, caso o custo **GLOBAL** estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para

apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. SERÁ ANALISADO O VALOR UNITÁRIO E GLOBAL DA PROPOSTA.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Após o julgamento das propostas, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para a apresentação da documentação de habilitação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

g) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

h) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Procuradoria do Estado da Fazenda junto à PGE-SP.

8.1.2.1. Os documentos referidos nos itens acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.1.2.2. A comprovação de atendimento do disposto nos incisos “c”, “d” e “e” deverão ser feita na forma da legislação específica.

8.1.2.3. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

8.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (art. 69, II)

Certidão Negativa de feitos falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

8.1.5. A proponente vencedora deverá declarar, em documento único (conforme modelo Anexo V)

8.1.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.7. A falsidade da declaração de que trata o item 8.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação poderá ser verificada por meio dos nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10. A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOMENTE SERÁ FEITA EM RELAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR. (Art. 63, II da Lei nº 14.133/21).

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação pela(o) Pregoeira(o), prorrogável por igual período, sob pena de **INABILITAÇÃO**.

8.10.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.3. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez)** minutos.

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.bll.org.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades em lei e no Edital de Licitação. (Art. 71, §5º, Decreto 513/2023)

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, **limitado ao último dia útil** anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site www.bll.org.br no local específico dentro do processo licitatório em análise.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br) e endereços eletrônico site www.bll.org.br e/ou site: www.ipaussu.sp.gov.br.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta de *Termo de Contrato*
ANEXO III	Termo de Ciência e Notificação
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa Enquadrada no Art. 34 da Lei nº 11.488/2007
ANEXO V	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO VI	Modelo de Proposta Comercial-FINAL

Ipaussu, 02 de Setembro de 2026.

LUIZ CARLOS SOUTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos para atenderem a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Produto	Unid.	Qd. Cotada	Valor Unit. Médio	Valor Total Médio
1	01.1.34150 - TOUCA DESCARTÁVEL EM TNT BRANCA COM ELÁSTICO TAMANHO ÚNICO.	PCT	4.500	R$0,18	R$810,00
2	01.1.34228 - ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (AGE), ASSOCIADO A ÓLEOS DE MELALEUCA E COPAÍBA RICO EM ÁCIDOS LINOLÉICO E OLÉICO, CONTENDO AINDA ACIDO CAPRICO, CAPRILICO, LÁURICO, PALMÍTICO, MIRISTICO, ESTEÁRICO, PALMITAT	FR	300	R$6,24	R$1.872,00
3	01.1.34233 - APARELHO PRESSÃO ARTERIAL, ANERÓIDE, PORTÁTIL, CORPO EM DURALUMÍNIO, 0 A 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM NYLON, FECHO EM VELCRO, OBESO, BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO, BRAÇADEIRA, MANGUITO, PERA, VÁLVULA COM ROS	UN	40	R$177,77	R$7.110,80
4	01.1.37441 - LUVA CIRÚRGICA ESTERIL 7,5	PAR	1.000	R$2,12	R$2.120,00
5	01.1.37584 - ÁLCOOL ISOPROPÍLICO 1000 ML	FR	30	R$34,83	R$1.044,90
6	01.1.75576 - ALGODAO HIDRÓFILO - ROLO 500G	UN	70	R$19,97	R$1.397,90
7	01.1.75721 - Repelente spray de insetos de proteção efetiva, com 200ml, INFANTIL	UN	200	R$18,72	R$3.744,00
8	01.1.76270 - TUBO DE COLETA HEPARINA DE SODICA VACUETTE 9ML, 16 X 100MM	UN	1.000	R$2,99	R$2.990,00
9	01.1.76351 - CURETA DERMATOLOGICA Nº-05 EM INOX	UN	20	R$85,07	R$1.701,40
10	01.1.76368 - BUBINA DE PAPEL PARA ECG.	BB	300	R$44,45	R$13.335,00
11	01.1.76567 - COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 7 LITROS, CONFECCIONADO A PARTIR DO PAPELÃO ONDULADO, COM CAIXA EXTERNA E BANDEJA, PAPELÃO COURO (CINTA LATERAL E FUNDO RÍGIDO) E POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (SACOLA PARA REVESTIMENTO); COM TRAVA DE SEGURANÇA, DESCONECTADOR DE AGULHA NO MODELO 1,5 L; DISPONÍVEL NA COR AMARELA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO, ALÇA DUPLA, CAIXA NÃO ESTÉRIL, O ITEM DEVERÁ APRESENTAR QUALIDADE IGUAL, SIMILAR OU SUPERIOR À MARCA DESCARPACK.	UN	200	R$6,33	R$1.266,00
12	01.1.76783 - BOBINA P/SENHA PAINEL ELETRONICO.	RL	150	R$38,60	R$5.790,00
13	01.1.76909 - Atadura de crepe 06cm, não estéril, hipoalérgica, aproximadamente 92% algodão cru, 8% de poliamida, trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, não abrasiva, com fios de alta torção, bordas devidamente acabadas, isentas de fios soltos, de	UN	3.000	R$0,81	R$2.430,00

	acordo com NBR 14056.Tamanhos: 06cm de largura e aproximadamente 1,80 m de comprimento (em repouso) não estéril. Embalagem deverá conter dados do fabricante, lote, validade, metragem, tamanho, gramatura, SAC. Embalada individualmente e reembalada em pacote com 12 (doze) unidades. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.				
14	01.1.76910 - Detergente Enzimático 1000ml com ação pré desinfetante, complexo tri ensimático contendo protease, lípase e amilíase. Detergente, indicado para prevenir aderência orgânica nos instrumentos cirúrgicos e agentes tensoativos não iônicos, ph neutro, não corrosivo, biodegradável, atóxico, específico para limpeza e pré desinfecção de instrumentais, equipamentos e artigos médicos, manual ou para lavadoura ultrassônica. Ativos antimicrobianos compostos de propianato de quaternário de amônio e cloridrato de polihexametileno biguanida. Embalagem contendo 1000ml, acondicionado em material que garanta a integridade do produto, rótulo contendo método de diluição, número de lote, data de fabricação, validade, procedência e registro na ANVISA. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. - Similar, igual ou superior Marca ciclo farma	LT	70	R$24,48	R$1.713,60
15	01.1.76911 - Equipo para nutrição enteral luer slip descartável, estéril, em PVC flexível, com ponta perfurante, com tampa protetora, câmera de gotejamento, com pinça rolete que garanta com precisão o controle de gotejamento, tubo em cor azul, conectores luer slip, atóxico e apirogênico, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, cadastro da ANVISA. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	1.500	R$1,95	R$2.925,00
16	01.1.76912 - Equipo para nutrição enteral conectores escalonado descartável, estéril, em PVC flexível, com ponta perfurante, com tampa protetora, câmera de gotejamento, com pinça rolete que garanta com precisão o controle de gotejamento, tubo em cor azul, atóxico e apirogênico, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, cadastro da ANVISA. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	2.500	R$1,95	R$4.875,00
17	01.1.76913 - Iodopolividona 1% - Solução tópica 100ml FRação antisséptica com bico dosador, indicado para assepsia complementar da pele do paciente no pré-operatório, queimaduras, mucosas e feridas, embalagem twist-off de 100 a 120ml com dados de identificação e procedência, data de fabricação, validade, n° do lote e registro no Ministério da saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. - 100ML Similar, igual ou superior a Marca VIC PHARMA	UN	20	R$7,37	R$147,40
18	01.1.76914 - Luva Procedimento descartável - Tamanho PP, em látex com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, sem falha, formato anatômico,	UN	10.000	R$0,40	R$4.000,00

	talcada, tamanho pequeno, punho acabado de 0,4 a 0,5 cm, não estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto. O EPI deverá apresentar em caracteres indeléveis e bem visíveis, nome comercial do fabricante, lote e data de fabricação, CA, o produto deverá apresentar laudo que comprove cumprimento da NBR 13392. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.				
19	01.1.76916 - Malha tubular - Composição: Tecido 100% Algodão Cru (fios de algodão). Dimensões: Largura de 20 cm (aberta/esticada) por comprimento 15 metros. Apresentação: Rolo contínuo, embalado individualmente. Esterilidade: Produto não estéril. Características: Alta elasticidade no sentido transversal, sem costuras laterais, maleável, macia, não garroteia.	UN	10	R$38,65	R$386,50
20	01.1.76917 - Sonda de GastrostomiaCalibre Simples(Diâmetro Externo): 16 Fr (5,3 mm).Nota: A conversão padrão na escala francesa é $1 \text{ Fr} = 0,33 \text{ mm}$. Portanto, 5,3 mm corresponde ao tamanho 16 Fr.Capacidade do Balão: 20 ml.Projetado para preenchimento com água destilada, garantindo a ancoragem interna estável na parede gástrica.	UN	20	R$127,19	R$2.543,80
21	01.1.76918 - Sonda de GastrostomiaCalibre Simples (Diâmetro Externo): 18 Fr (5,3 mm).Nota: A conversão padrão na escala francesa é $1 \text{ Fr} = 0,33 \text{ mm}$. Portanto, 5,3 mm corresponde ao tamanho 18 Fr.Capacidade do Balão: 20 ml.Projetado para preenchimento com água destilada, garantindo a ancoragem interna estável na parede gástrica.	UN	20	R$135,32	R$2.706,40
22	01.1.76919 - Sonda de GastrostomiaCalibre Simples (Diâmetro Externo): 20 Fr (5,3 mm).Nota: A conversão padrão na escala francesa é $1 \text{ Fr} = 0,33 \text{ mm}$. Portanto, 5,3 mm corresponde ao tamanho 20 Fr.Capacidade do Balão: 20 ml.Projetado para preenchimento com água destilada, garantindo a ancoragem interna estável na parede gástrica.	UN	20	R$132,13	R$2.642,60
23	01.1.76965 - preservativo sem lubrificante, produto em látex de borracha natural, geralmente incolor, com lados paralelos e sem a presença de géis lubrificantes ou silicone.	UN	3.000	R$0,71	R$2.130,00
24	06.1.08824 - CLOREXIDINA SOLUÇÃO TOPICA ALCOOLICA 0,5% 1000 ML	FR	5	R$15,88	R$79,40
25	06.1.08861 - ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL , TAMANHO G, ESTERIL, LUBRIFICADO	UN	1.000	R$2,36	R$2.360,00
26	06.1.08862 - ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO M ESTERIL, LUBRIFICADO	UN	2.000	R$2,38	R$4.760,00
27	06.1.08863 - ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL , TAMANHO P ESTERIL, LUBRIFICADO	UN	1.500	R$2,48	R$3.720,00
28	06.2.19829 - CLOREXIDINA SOLUÇÃO DEGERMANTE 2% 1.000 ML	FR	5	R$19,25	R$96,25
29	06.2.19873 - CABO PARA BISTURI 3 FABRICADO EM AÇO INOX COM DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE	UN	30	R$9,85	R$295,50
30	06.2.21026 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15 CM X 100 M	BB	10	R$76,80	R$768,00
31	06.2.21027 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10 CM X 100 M	BB	10	R$53,68	R$536,80

32	06.2.28459 - COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE DESCARTÁVEL 13 LITROS - (SUPORTE EM COMODATO)	UN	200	R$10,86	R$2.172,00
33	06.2.28869 - COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, TECIDO 100%ALGODÃO, 11FIOS/CM2, COM BRANCA,	PCT	80.000	R$0,97	R$77.600,00
34	06.2.29133 - Agulha calibre 20 x 5,5mm hipodérmica estéril, descartável, corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação, com fixação perfeita ao canhão, em plástico rígido, transparente e atóxico, com encaixe capaz de garantir conexão segura e sem vazamento, protegido por plástico rígido, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega	UN	5.000	R$0,08	R$400,00
35	06.2.29156 - Lâminas de Bisturi número 11, confeccionadas em aço carbono, esterilizadas por exposição a raios gama, resistência a corrosão e perda de afiação, embaladas individualmente em material aluminizados, com registro na ANVISA e prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca Advantive	UN	500	R$0,34	R$170,00
36	06.2.29163 - Máscara Cirúrgica Descartável, Falso tecido branco, com clip nasal e de ajuste, pregueada e com elástico que envolve o pavilhão auricular, tripla camada, hipoalérgica, filtro que garanta boa ventilação. Embalagem apropriada ao produto de acordo com a legislação vigente. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	15.000	R$0,10	R$1.500,00
37	06.2.29165 - Máscara de Alto Fluxo com Reservatório de O2 com 2,10m Em Silicone, Anatômica, de Uso Único (Adulto). Similar, igual ou superior a Marca ADVANTIVE	UN	15	R$14,21	R$213,15
38	06.2.29166 - Máscara de Alto Fluxo com Reservatório de O2 com 2,10m Em Silicone, Anatômica, de Uso Único (Infantil). Similar, igual ou superior a Marca ADVANTIVE	UN	15	R$13,23	R$198,45
39	06.2.29178 - Sonda Foley descartável 2 vias nº 18, balão 05cc Cateter urológico que consiste de um tubo 100% silicone transparente que contém balão inflável em sua parte distal. O tubo contém condutos internos (lúmens). Um lúmen permite que a porção do tubo onde é o balão se infle, enquanto o outro lúmen drena a urina para fora da bexiga. Na parte final externa do tubo deverá haver válvula luer para que se infle e desinfile o balão. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, com identificação do calibre, da capacidade do balão e da marca estampados em local de fácil visualização e de caráter permanente, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca DESCARPACK	UN	30	R$4,82	R$144,60

40	06.2.29199 - Fio de sutura montado c6.0, deverá apresentar qualidade igual, similar ou superior a marca procare	UN	2.400	R$1,89	R$4.536,00
41	06.2.29200 - Fio de sutura montado c3.0, deverá apresentar qualidade igual, similar ou superior a marca PROCARE	UN	2.400	R$1,89	R$4.536,00
42	06.2.29201 - Fio de sutura montado c5.0, deverá apresentar qualidade igual, similar ou superior a marca PROCARE	UN	2.400	R$1,89	R$4.536,00
43	06.2.29207 - Sonda/ gastrostomia Nº-18 – São fabricadas em silicone cirúrgico, de uso único, estéril por oxido de etileno. Apresenta variação de tamanho. É constituída por um tubo de silicone que apresenta em sua ponta distal um balão de silicone para fixação interna e um dispositivo em forma de disco para fixação externa. Possui 03 vias (3 acessos), marcação a cada Centímetro.	UN	2	R$2.536,64	R$5.073,28
44	06.2.29209 - Kit teste rápido para gravidez – BHCG – Sensibilidade 25Mui/ml em tira	UN	1.000	R$0,93	R$930,00
45	06.2.29212 - Formol 1%. Embalagem de 1000ml com dados de identificação e procedência, data de fabricação, validade, n° do lote e registro no Ministério da Saúde	UN	3	R$23,03	R$69,09
46	06.2.29214 - Porta Agulha MAYO HEGAR 15cm em inox	UN	30	R$35,52	R$1.065,60
47	06.2.29216 - Punch dermatológica em inox nº2	UN	20	R$71,71	R$1.434,20
48	06.2.29217 - Punch dermatológica em inox nº4	UN	20	R$71,71	R$1.434,20
49	06.2.29218 - Punch dermatológica em inox nº8	UN	20	R$71,71	R$1.434,20
50	06.2.29219 - Tesoura Iris reta 14cm em inox	UN	30	R$38,15	R$1.144,50
51	06.2.29220 - Tesoura Iris curva 14cm em inox	UN	30	R$38,15	R$1.144,50
52	08.1.09226 - SABONETE LIQUIDO 5LT	GL	50	R$35,00	R$1.750,00
53	08.1.13844 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20 CM X 100 M	BB	15	R$98,11	R$1.471,65
54	08.1.13845 - PAPEL LENÇOL 50 CM X 50 M	RL	1.500	R$7,02	R$10.530,00
55	08.1.14847 - RIFAMICINA 10MG/ ML SPRAY TÓPICA 20 ML	UN	25	R$9,65	R$241,25
56	08.1.16438 - ATADURA DE CREPE 10 CM ELÁSTICA 13 FIOS, 60% ALGODÃO, 28% POLIAMIDA E 12% POLIÉSTER	UN	4.000	R$0,92	R$3.680,00
57	08.1.16439 - ATADURA DE CREPE 15 CM ELÁSTICA 13 FIOS, 60% ALGODÃO, 28% POLIAMIDA E 12% POLIÉSTER	UN	4.000	R$0,87	R$3.480,00
58	08.1.16440 - ATADURA DE CREPE 20 CM ELÁSTICA 13 FIOS, 60% ALGODÃO, 28% POLIAMIDA E 12% POLIÉSTER	UN	3.000	R$1,05	R$3.150,00
59	08.1.16444 - CLORETO DE SÓDIO 0,9 % 500 ML OBS: PARA USO EXTERNO (COM TAMPA).	UN	1.000	R$4,97	R$4.970,00
60	08.1.18288 - PAPEL INTERFOLHA, C/ 1000 UNIDADES, PARA BANHEIRO	PCT	1.500	R$18,54	R$27.810,00
61	08.1.23216 - HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% 1000 ML.	FR	50	R$3,95	R$197,50
62	08.1.23225 - SACO DE LIXO BRANCO 30 LITROS	UN	4.000	R$0,30	R$1.200,00
63	08.1.23226 - SACO DE LIXO BRANCO 60 LITROS	UN	4.000	R$0,48	R$1.920,00
64	08.1.25759 - TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁXIMA E MÍNIMA, TERMÔMETRO DIGITAL INDICADOR DE TEMPERATURA	PC	10	R$59,76	R$597,60
65	08.1.36790 - Aparelho pressão arterial, aneróide, portátil, corpo em duralumínio, 0 a 300 mmhg,	UN	6	R$186,73	R$1.120,38

	braçadeira em nylon, fecho em velcro, OBESO, bolsa para acondicionamento, braçadeira, manguito, pera, válvula com rosca. Testado rigorosamente pelo controle de qualidade e aferido pelo INMETRO, 100% com selo de verificação inicial.				
66	08.1.36803 - Hipoclorito de Sódio 2,5% - desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos semi-críticos, à base de hipoclorito de sódio 2,5% de cloro ativo estabilizado (25.000 ppm). Possui ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias protéicas de microorganismos. (frasco com 1 litro)	FR	40	R$5,99	R$239,60
67	08.1.36822 - Luva de procedimento descartável - Tamanha G; em látex com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, sem falhas, formato anatômico, talcada, tamanho grande, punho acabado, não estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto. O EPI deverá em caracteres indeléveis e bem visíveis, nome comercial do fabricante, lote e data de fabricação. CA, o produto deverá apresentar laudo que comprove cumprimento da NBR 13392. (caixa com 100 unidade)	CX	20.000	R$0,36	R$7.200,00
68	08.1.36832 - Seringa Descartável 5 ml - sem agulha modelo luer lock , seringa de segurança descartável estéril, sem agulha, em polipropileno atóxico, capacidade de 5ml, com resistência mecânica, corpo cilindro, escala em graduação indelével, milimetrada e numerada a cada ml, bico luer-lock, com dispositivo de segurança COM MANIPULAÇÃO DO EMBOLO ATÉ O MARCO ZERO SEM ACIONAMENTO ACIDENTAL, com retração total da agulha para o interior do cilindro primário e haste quebrável para prevenção do reuso. A seringa deverá ser compatível com todas as marcas de agulhas. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica.	UN	3.000	R$0,38	R$1.140,00
69	08.1.36833 - Seringa Descartável 10 ml - sem agulha modelo luer lock , seringa de segurança descartável estéril, sem agulha, em polipropileno atóxico, capacidade de 10ml, com resistência mecânica, corpo cilindro, escala em graduação indelével, milimetrada e numerada a cada ml, bico luer-lock, com dispositivo de segurança COM MANIPULAÇÃO DO EMBOLO ATÉ O MARCO ZERO SEM ACIONAMENTO ACIDENTAL, com retração total da agulha para o interior do cilindro primário e haste quebrável para prevenção do reuso. A seringa deverá ser compatível com todas as marcas de agulhas. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica	UN	4.000	R$0,57	R$2.280,00
70	08.1.36834 - Seringa Descartável 20 ml - sem agulha modelo luer lock , seringa de segurança descartável estéril, sem agulha, em polipropileno atóxico, capacidade de 20ml, com resistência mecânica, corpo cilindro, escala em graduação indelével, milimetrada e numerada a cada ml, bico luer-lock, com dispositivo de segurança COM MANIPULAÇÃO DO EMBOLO ATÉ O MARCO ZERO SEM ACIONAMENTO ACIDENTAL, com retração total da agulha para o interior do cilindro primário e haste quebrável para prevenção do reuso. A seringa deverá ser compatível com todas as marcas	UN	3.000	R$0,63	R$1.890,00

	de agulhas. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica.				
71	08.1.36838 - Termômetro Clínico Axilar digital , 100% resistente à água, beep sonoro de aviso de medição, display LCD de fácil visualização, alarme de febre, memória da última medição, desligamento automático, indicador de bateria fraca, medição boca e axila.	UN	30	R$14,93	R$447,90
72	08.1.36841 - Frasco coletor para exame, plástico, descartável, estéril, coleta de urina. Transparente. (frascos com 50 ml)	FR	1.500	R$0,52	R$780,00
73	08.1.36846 - Sonda Uretral descartável nº 10 descartável, estéril, confeccionada em polivinil atóxico, flexível e transparente, com orifícios uniformemente distribuídos, perfeito acabamento, atraumáticos, com identificação por cores para cada calibre. Tampa com vedação eficiente e firme, canhão com perfeita adaptação, Embalagem individual íntegra, apropriada ao método de esterilização, a selagem deve ser eficiente com 7 mm (mínimo), resistente que garanta a esterilidade do produto e permita abertura asséptica, contendo dados de identificação do material, marca, fabricante, lote, método e data de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Quando houver carimbo ou etiqueta de identificação, estes deverão estar na borda da embalagem	UN	4.500	R$0,96	R$4.320,00
74	08.1.36849 - Esparadrapo 10cm x 4,5m, branco, em tecido de fios de algodão, com boa aderência, que não solte fiapos e não enrugue, acondicionado em carretel de plástico rígido. Rolo uniforme, com tampa identificada, prazo de validade e número de lote na embalagem.	RL	200	R$18,96	R$3.792,00
75	08.1.36886 - Fixador para cânula de traqueostomia composto por duas bandas, uma medindo 37 cm e a outra com 10cm de comprimento, ambas com largura de 1,8cm, sem costura, confeccionado em espuma de poliéster envolvida em tecido de algodão, poliéster e TNT, atóxico, hipoalérgico e anti-escaras, com velcro regulável nas extremidades para fixação da cânula de traqueostomia, medindo 4,5 cm de comprimento.	UN	100	R$9,40	R$940,00
76	08.1.36891 - Frasco para Nutrição Enteral (300 ml), artigo médico-hospitalar de uso único indicado para alimentação enteral, para pacientes impossibilitados de deglutir o alimento. Produto higiênico não estéril, embalado individualmente em saco de polietileno.	FR	3.500	R$0,97	R$3.395,00
77	08.1.36898 - Sonda Foley descartável 2 vias nº 16, balão 05cc Cateter urológico que consiste de um tubo 100% silicone transparente que contém balão inflável em sua parte distal. O tubo contém condutos internos (lúmens). Um lúmen permite que a porção do tubo onde é o balão se infle, enquanto o outro lúmen drena a urina para fora da bexiga. Na parte final externa do tubo deverá haver válvula luer para que se infle e desinfile o balão. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, com identificação do calibre, da capacidade do balão e da marca estampados em local de fácil visualização e de caráter permanente, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001.	UN	30	R$4,82	R$144,60

78	08.1.36901 - Pinça anatômica para dissecção com ponta serrilhada, com 30 cm de material inoxidável. (Para coleta de escorpião).	UN	6	R$96,67	R$580,02
79	08.1.36918 - Otoscópio mini - Lâmpada a vácuo 2,7V; Fabricado em fibra de vidro reforçado; Lente de aumento 2,5 vezes; Sistema selado para otoscopia pneumática; Lente removível para instrumentação; Cabo de metal cromado resistente a corrosão. Acompanha espéculos de 2,5mm e de 4mm; Estojo rígido para acondicionamento e Manual de instruções.	UN	10	R$595,03	R$5.950,30
80	08.1.36923 - Pasta protetora de pele Composta de Gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica, etanol, éster monobutílico do copolímero de éter metilvinílico, anidrido maleico, tris-12-hidroxiestearato de glicerila e triacetato de glicerila. Bisnaga 60grs aproximadamente.	UN	10	R$92,89	R$928,90
81	08.1.36928 - Suporte para coletor de perfurocortante de 13L	UN	10	R$34,56	R$345,60
82	08.1.37808 - ALCOOL A 70 % - ASSOCIAÇÃO DE ALCOOL 70% MAIS AGUA DESTILADA, ANTISSEPTICO E BACTERICIDA, EMBALAGEM PET (POLITEREFTALATO DE ETILENO) DE 1 LITRO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE CONFORME RDC Nº199/06. CAIXA COM 12 UNIDADES - frasco com 1000 ml	FR	1.000	R$10,00	R$10.000,00
83	08.1.37817 - Cânula de traqueostomia sem balão 4.0 mm, de pvc transparente; linha radiopaca contínua; extremidade de cânula atraumática; conector fixo; placa de fixação flexível; livre de látex, livre de DELPH, acompanha cadarço de fixação.	UN	10	R$4,95	R$49,50
84	08.1.37840 - Máscara n95 com elastico confortavel e clip nasal, 4 camadas de proteção com filtro de 99,9% dos vírus e bacterias, proteção extra contra covid-19 e tuberculose , costura de alta qualidade, autorizado segundo DRC n 356 de 2020 da ANVISA. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	2.000	R$2,99	R$5.980,00
85	08.1.37847 - Solução de cloreto de sódio a 0,9%, prazo de validade m´nima de 12 meses a partir da data de entrega. frasco com 10ml	FR	650	R$0,48	R$312,00
86	08.1.38610 - Bandeija de inox para instrumentais 22 x 12 x 1,5 cm, retangular e lisa.	UN	60	R$19,48	R$1.168,80
87	08.1.38630 - Cânula de traqueostomia sem balão 4.5mm, de PVC transparente; linha radiopaca contínua; extremidade de cânula atraumática; conector fixo; placa de fixação flexível; livre de látex, livre de DELPH, acompanha cadarço de fixação	UN	10	R$5,19	R$51,90
88	08.1.38631 - Cânula de traqueostomia sem balão 5.0mm, de PVC transparente; linha radiopaca contínua; extremidade de cânula atraumática; conector fixo; placa de fixação flexível; livre de látex, livre de DELPH, acompanha cadarço de fixação	UN	10	R$4,29	R$42,90
89	08.1.38637 - Cloridrato de lidocaína 2,0% (20mg/ml) sem vasoconstritor - injetável. O prazo de validade	FR	15	R$6,05	R$90,75

	mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. - 20ML				
90	08.1.38640 - Coletor de Urina e Secreção confeccionado em material resistente em ss transparente, sistema fechado, graduado, câmara de ssépti, controle de fluxo de drenagem, válvula anti-refluxo, coldre laterial, filtro ar sséptica e bacteriológico. Com alça, capacidade 2000 ml, provido de tubo em ss cristal, com clamp, uso descartável. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	30	R$4,87	R$146,10
91	08.1.38655 - Estetoscópio Adulto e infantil duplo cromado auscultador duplo com base em alumínio, mangueira em Tygon de alta durabilidade, haste em latão cromado em mola em U Termoplástica, olivas anatômicas, cor preta.	UN	10	R$73,63	R$736,30
92	08.1.38694 - Luva cirúrgica; em látex com boa sensibilidade tátil; com textura uniforme,sem falhas, formato anatômico; talcada; n.º 7,0 estéril, embalado em estéril; embalado em material que garanta a a integridade do produto; o EPI devera apresentar em caracteres indeléveis e bem visíveis, nome comercial do fabricante,lote de fabricação, numero do CA o produto devera apresentar laudo que comprove cumprimento da NBR 13392. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	PAR	1.000	R$2,12	R$2.120,00
93	08.1.38731 - Seringa Descartável 3 ml - sem agulha modelo luer lock , seringa de segurança descartável estéril, sem agulha, em polipropileno atóxico, capacidade de 3ml, com resistência mecânica, corpo cilindro, escala em graduação indelével, milimetrada e numerada a cada ml, bico luer-lock, com dispositivo de segurança COM MANIPULAÇÃO DO EMBOLO ATÉ O MARCO ZERO SEM ACIONAMENTO ACIDENTAL, com retração total da agulha para o interior do cilindro primário e haste quebrável para prevenção do reuso. A seringa deverá ser compatível com todas as marcas de agulhas. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	150	R$0,36	R$54,00
94	08.1.38740 - Sonda Uretral descartável nº 06 descartável, estéril, confeccionada em polivinil atóxico, flexível e transparente, com orifícios uniformemente distribuídos, perfeito acabamento, atraumáticos, com identificação por cores para cada calibre. Tampa com vedação eficiente e firme, canhão com perfeita adaptação, Embalagem individual íntegra, apropriada ao método de esterilização, a selagem deve ser eficiente com 7 mm (mínimo), resistente que garanta a esterilidade do produto e permita abertura asséptica, contendo dados de identificação do material, marca, fabricante, lote, método e data de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Quando houver carimbo ou etiqueta de identificação, estes deverão estar na borda da embalagem O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	5.000	R$0,97	R$4.850,00

95	08.1.38741 - Sonda Uretral descartável nº 08 descartável, estéril, confeccionada em polivinil atóxico, flexível e transparente, com orifícios uniformemente distribuídos, perfeito acabamento, atraumáticos, com identificação por cores para cada calibre. Tampa com vedação eficiente e firme, canhão com perfeita adaptação, Embalagem individual íntegra, apropriada ao método de esterilização, a selagem deve ser eficiente com 7 mm (mínimo), resistente que garanta a esterilidade do produto e permita abertura asséptica, contendo dados de identificação do material, marca, fabricante, lote, método e data de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Quando houver carimbo ou etiqueta de identificação, estes deverão estar na borda da embalagem O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	5.000	R$0,97	R$4.850,00
96	08.1.38746 - Suporte para coletor de perfurocortante de 7L	UN	10	R$25,16	R$251,60
97	08.1.38747 - Suporte Portátil Para Lampada Infravermelho - Fisioterapia - Para lumíni ate 500w de potencia. Regulagem para direcionamento do foco da lumíni. Corpo e base de lumínio. Rosca E27. Com interruptor liga/desliga. Cabo com 1 metro e meio.	UN	10	R$160,34	R$1.603,40
98	08.1.38756 - Oxímetro de Pulso ponta de dedo com curva Plestimográfica, com Visor em tecnologia OLED, melhor visualização em qualquer condição de luminosidade, Informa Saturação (Sat O2) e Frequência Cardíaca,Curva Plestimográfica, Capa protetora em Silicone	UN	30	R$64,98	R$1.949,40
99	08.1.40394 - FITA CREPE 1° LINHA 48x50 LINHA AUTOMOTIVA.	UN	150	R$13,00	R$1.950,00
100	08.1.40639 - Agulha calibre 13 x 4,5mm hipodérmica estéril, descartável, corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação, com fixação perfeita ao canhão, em plástico rígido, transparente e atóxico, com encaixe capaz de garantir conexão segura e sem vazamento, protegido por plástico rígido, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	500	R$0,09	R$45,00
101	08.1.40640 - Agulha calibre 25 x 07mm hipodérmica estéril, descartável, corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação, com fixação perfeita ao canhão, em plástico rígido, transparente e atóxico, com encaixe capaz de garantir conexão segura e sem vazamento, protegido por plástico rígido, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega	UN	5.000	R$0,09	R$450,00
102	08.1.40641 - Agulha calibre 25 x 0,8 mm hipodérmica estéril, descartável, corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação, com fixação perfeita ao canhão,	UN	3.000	R$0,10	R$300,00

	em plástico rígido, transparente e atóxico, com encaixe capaz de garantir conexão segura e sem vazamento, protegido por plástico rígido, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.				
103	08.1.40642 - Almotolia Plástica Capacidade de 500ml, tampa protetora da ponteira com encaixe que impeça vazamento; Cor transparente	UN	15	R$5,46	R$81,90
104	08.1.40643 - Almotolia Plástica Capacidade de 250 ml tampa protetora com encaixe que impeça vazamento; Cor transparente, bico reto	UN	30	R$4,84	R$145,20
105	08.1.40644 - Abaixador de língua de madeira.	UN	3.000	R$0,08	R$240,00
106	08.1.40645 - Agulha calibre 30x0,7 mm hipodérmica estéril, descartável, corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação, com fixação perfeita ao canhão, em plástico rígido, transparente e atóxico, com encaixe capaz de garantir conexão segura e sem vazamento, protegido por plástico rígido, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	300	R$0,09	R$27,00
107	08.1.40646 - Agulha calibre 40x12 mm hipodérmica estéril, descartável, corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação, com fixação perfeita ao canhão, em plástico rígido, transparente e atóxico, com encaixe capaz de garantir conexão segura e sem vazamento, protegido por plástico rígido, embalagem individual, com n° de lote, data e validade de esterilização, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega	UN	300	R$0,10	R$30,00
108	08.1.40653 - Bandagem curativo redondo, 25mm de diâmetro, esterilizados por Óxido de etileno, alta absorção e anti-alérgico, embalados individualmente. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	45.000	R$0,07	R$3.150,00
109	08.1.40654 - Bolsa Coletora de Urina de Sistema Fechado 2L - Destinada a coleta, drenagem, armazenamento, e monitoramento do volume urinário do paciente em repouso ou em unidades hospitalares, saúdes e clínicas. Estéril; Disponível no tamanho 2000ml; Fabricada em Pvc; Tubo extensor transparente e lumínio com conector universal bico escalonado, clamp corta fluxo, válvula anti-refluxo, filtro de ar hidrófobo, tubo de drenagem e suporte para fixação, ponto de coleta de amostra, com membrana autocicatrizante; Atóxica e apirogênico; Uso individual e por procedimento.	UN	30	R$4,15	R$124,50
110	08.1.40655 - Bolsa termica gel flexivel quente e fria(para procedimento de fisioterapia) 15 x 25 cm 500g. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	40	R$23,84	R$953,60

111	08.1.40656 - Campo Cirurgico Descartavel; Confeccionado em não tecido, com fenestra, estéril C/60 a 80g/m²; Com tratamento repelente a fluidos, conformavel; Com dobradura que garanta lumíni lumínio ao abrir; Tamanho 40cm x 40cm, fenestrado; Sendo a Embalagem InternaQue Garanta a Integridade do Produto; a Apresentação do Produto Devera Obedecer a Legislação Atual Vigente O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	600	R$3,82	R$2.292,00
112	08.1.40666 - Clorexidina Aquosa 0,2% - Solução antisséptica tópica de higienização da pele íntegra. Pode ser utilizada em mucosas. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. - 1L Similar, igual ou superior Marca: RIOQUIMICA	UN	30	R$7,81	R$234,30
113	08.1.40667 - Clorexidina Aquosa 0,5% - Solução antisséptica tópica de higienização da pele íntegra. Pode ser utilizada em mucosas. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. - 1L Similar, igual ou superior Marca: RIOQUIMICA	UN	20	R$17,13	R$342,60
114	08.1.40676 - Escova Cervical Ginecológica descartável esterilizada para coleta de materiais para exame de Papanicolau, com haste plástica flexível octavada de 16 cm. E cerdas macias de nylon de formato levemente cônico de 2 cm, com ponta protegida. comprimento total 18 cm. Uso único, estéril, embalada individualmente, papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno, que garanta a integridade do produto e abertura asséptica. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. – UN Similar, igual ou superior a Marca KOLPLAST	UN	1.500	R$0,66	R$990,00
115	08.1.40677 - Espátula de Ayres em madeira descartável formato convencional com extremidades arredondadas, sem rebarbas, medidas aproximadas 140 (comprimento) x 15 (largura) x 2mm (espessura) e (variação de medidas em 25% para mais ou para menos). Embalagem com dados de identificação e procedência. Isento de RMS. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	4.000	R$0,14	R$560,00
116	08.1.40680 - Fita Crepe Adesiva Hospitalar 16 mm x 50 m, confeccionada em dorso de papel crepado recebendo em uma de suas faces massa adesiva à base de borracha natural e resina e na outra face uma fina camada impermeabilizante de resinas acrílicas medindo 16mm x 50m uniformemente enrolada em dorso de papelão, de fácil remoção, embalada individualmente com dados de identificação e procedência, tipo de esterilização, validade, n° do lote e registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	300	R$3,71	R$1.113,00
117	08.1.40681 - Fita Integradora Quimico Auto Adesiva tiras para autoclave a vapor constituído de tiras de papel apropriado impregnado no reativo químico de cor clara, atóxico, sem presença de chumbo em	UN	300	R$0,41	R$123,00

	conformidade com a norma do ISO 11140-1, após submetido ao processo de esterilidade por 120ºC a 20 minutos ou 134ºC a 7 minutos, muda de cor clara para escura uniforme possibilitando a leitura dos seguintes parâmetros: tempo, temperatura e quantidade do vapor, com guia de parâmetro impresso na própria tira. Esses integradores são colocados dentro da caixa cirúrgica e após o processo de esterilização e uso da caixa é fixado o integrador no prontuário do paciente para que se comprove o controle dos materiais que foram esterilizados. Embalagem contendo dados de identificação e procedência, data de fabricação e validade, número do lote e registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.				
118	08.1.40682 - Fita Microporosa Hipoalergênico 10 m x 25mm constituída de rayon e não tecido micro poroso, com adesivo sintético a base de polímero hipoalérgico bem distribuído e com boa aderência, embalagem: carretel plástico com abas e capa de proteção. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	650	R$2,95	R$1.917,50
119	08.1.40683 - Fixador de Lâmina para exame Citopatológico para Citologia Oncótica - spray. Homogêneo, secagem rápida, em frascos com 100ml. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação, lote e prazo de validade. Isento RMS. Similar, igual ou superior a Marca KOLPLAST	UN	10	R$10,40	R$104,00
120	08.1.40689 - Kit Micro Nebulizador - Conjunto completo KIT para nebulização, (inalação) com extensão com conector para ar comprimido ou oxigênio; Máscara adulto; De fácil limpeza e prático manuseio. Embalado em material que garanta a integridade do produto. O produto deverá atender a legislação vigente. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca FOYMED	UN	20	R$9,12	R$182,40
121	08.1.40690 - Kit Micro Nebulizador - Conjunto completo KIT para nebulização, (inalação) com extensão com conector para ar comprimido ou oxigênio; Máscara infantil; De fácil limpeza e prático manuseio. Embalado em material que garanta a integridade do produto. O produto deverá atender a legislação vigente. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca DARU	UN	20	R$9,50	R$190,00
122	08.1.40692 - Lâminas de Bisturi número 15C, confeccionadas em aço carbono, esterilizadas por exposição a raios gama, resistência a corrosão e perda de afiação, embaladas individualmente em material aluminizados, com registro na ANVISA e data de validade de no mínimo 12 meses a partir da entrega do produto. Similar, igual ou superior a Marca Advantive	UN	500	R$0,38	R$190,00
123	08.1.40693 - Lâminas para Microscópio, padrão não lapidada, formato com uma extremidade fosca, tamanho 26 x 76mm, variação +/- 1mm, espessura 1,0 a 1,2 mm. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	1.500	R$0,20	R$300,00

	Similar, igual ou superior a Marca EXACTA				
124	08.1.40709 - Pilha média Alcalina, tamanho C de longa CX duração, 1,5 volts, para utilização em Otoscópio. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca RAY-O-VAC	UN	75	R$16,43	R$1.232,25
125	08.1.40711 - Porta lâmina citológica, capacidade para três lâminas, com tampa de rosca, material polipropileno. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca CRAL	UN	500	R$0,84	R$420,00
126	08.1.40713 - Repelente spray de insetos de proteção efetiva, com 200ml, proteção de no mínimo 8 horas hipoalérgênico, não olioso, dermatologicamente testado. ADULTO. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. FR 200 ML Similar, igual ou superior a Marca REPELMAX	UN	200	R$19,06	R$3.812,00
127	08.1.40741 - Vaselina em pasta. Embalagem Pote com 500 mg. contendo data de fabricação, validade, número de lote, registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Similar, igual ou superior a Marca CINORD	UN	2	R$37,95	R$75,90
128	08.1.40742 - Vaselina Líquida Embalagem frasco tipo almotolia com aproximadamente 100 ml com abertura twist-off, contendo data de fabricação, validade, número de lote, registro no Ministério da Saúde. O prazode validade mínima deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. – FR 100ML Similar, igual ou superior a Marca CINORD SUDESTE	UN	20	R$7,90	R$158,00
129	08.1.40748 - Fio de sutura simples de catgut 2-0-agulha 2/1,estéril,absorvivel de origem animal,com serosa bovina selecionada, cortada em fitas uniformes purificadas de forma mecânica, fisica e quimicamente, resultando em fios de coloração amarelo palha,provido de agulhas cirurgicas de aço inox. Cx c/24 un	UN	2.400	R$5,26	R$12.624,00
130	08.1.40749 - Caixa termica de alta resistencia e inteiramente revestida de poliuretano, inclusive na tampa, facilitando o seu isolamento termico. Para transporte de vacina com termômetro digital externo de temperatura maxima e minima, com capacidade de 34 litros, com alça.	UN	5	R$443,30	R$2.216,50
131	08.1.40750 - Caixa termica de alta resistencia e inteiramente revestida de poliuretano, inclusive na tampa, facilitando o seu isolamento termico. Para transporte de vacina com termômetro digital externo de temperatura maxima e minima, com capacidade de 20 litros, com alça.	UN	5	R$413,59	R$2.067,95
132	08.1.40752 - Gel clínico para meios de contato. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação, lote e prazo de validade. Frasco com 1000 ml. SIMILAR, IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLURIGEL	UN	150	R$6,82	R$1.023,00
133	08.1.40753 - Frasco coleta amostra 120 ml com Tiossulfato de Sódio Frasco em plástico resistente, transparente, com tampa roscável antivazamentos e lacre plástico inviolável, estéril, descartável, aprovado para amostragem microbiológica. Utilizado para	UN	200	R$5,10	R$1.020,00

	coleta, armazenamento, incubação, e quantificação de amostras de água para realização de testes de Presença/Ausência de Coliformes Totais e Escherichia Coli em água. Cada frasco contem tiossulfato de sódio para neutralizar pelo menos 15 mg/L de cloro em amostra de 100 mL. Volume do frasco 120 mL com linha de enchimento de 100 mL. Apresentação: prazo de validade de 24 meses contados da emissão da NF.				
134	08.1.40762 - Teste Rápido COVID-19 AG	UN	1.000	R$3,99	R$3.990,00
135	08.1.40871 - Luva de látex para procedimentos não cirúrgicos, ambidestras, descartáveis, tamanho M, o item deverá apresentar qualidade igual, similar ou superior à marca DPK Descarpack.	UN	50.000	R$0,36	R$18.000,00
136	08.1.40899 - Luva de látex para procedimentos não cirúrgicos, ambidestras, descartáveis, tamanho P, o item deverá apresentar qualidade igual, similar ou superior à marca DPK Descarpack.	UN	50.000	R$0,35	R$17.500,00

3 – JUSTIFICATIVA

A aquisição dos referidos materiais é necessária para assegurar o adequado funcionamento das unidades e serviços de saúde municipais, considerando que os insumos cirúrgicos são utilizados em procedimentos, atendimentos, curativos, pequenas intervenções, tratamentos e demais ações assistenciais realizadas pela rede municipal de saúde, sendo indispensáveis para a execução segura e adequada dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A disponibilidade desses materiais de forma contínua é fundamental para evitar a interrupção ou limitação dos atendimentos, bem como para garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais de saúde e maior segurança aos pacientes. A ausência ou insuficiência de determinados insumos pode comprometer a realização de procedimentos e resultar na necessidade de encaminhamentos ou adiamentos de atendimentos, prejudicando a assistência à população.

A contratação por meio de Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da impossibilidade de se estabelecer, com precisão, o consumo efetivo de cada item durante o período de 12 (doze) meses. A demanda pode sofrer variações em função do número de atendimentos, procedimentos realizados, perfil epidemiológico da população, necessidades emergenciais e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, o Registro de Preços permitirá que as aquisições sejam realizadas de maneira parcelada e conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo o risco de perdas e vencimentos, proporcionando melhor gerenciamento dos recursos públicos e possibilitando maior eficiência na gestão dos materiais utilizados pelos serviços de saúde.

Na elaboração da estimativa dos quantitativos também foram consideradas as necessidades decorrentes das atividades rotineiras da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aquelas relacionadas à realização de procedimentos assistenciais, atendimentos médicos e de enfermagem, curativos, pequenas intervenções, atendimento de demandas espontâneas, ações de urgência e emergência, manutenção dos estoques das unidades de saúde e demais atividades necessárias à prestação regular dos serviços públicos de saúde.

A realização do procedimento licitatório também busca assegurar a observância dos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade e interesse público, mediante a seleção de fornecedores aptos a atender às especificações e condições estabelecidas pela Administração.

A contratação pretendida encontra respaldo nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de planejamento das contratações e à utilização do Sistema de Registro de Preços quando adequado às características da demanda administrativa.

Ressalta-se, ainda, que a adoção do Registro de Preços não implica obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, ficando as futuras contratações condicionadas à existência de necessidade, disponibilidade orçamentária e observância das condições estabelecidas no instrumento convocatório e na respectiva Ata de Registro de Preços.

Assim, considerando a necessidade de garantir o abastecimento regular dos serviços de saúde, a natureza essencial dos materiais, a imprevisibilidade e variação do consumo ao longo do exercício e a necessidade de promover uma gestão eficiente dos estoques e dos recursos públicos, justifica-se a abertura do presente

processo licitatório para Registro de Preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos, pelo período de 12 (doze) meses, visando assegurar a continuidade, qualidade e segurança dos serviços de saúde oferecidos à população do Município.

4 – PRAZO DO CONTRATO

A vigência será pelo período de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

5 – PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

A prorrogação poderá acontecer desde que comprovado preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6 – FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei 14.133/2021 e decretos municipais.

7 – DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto o Registro de Preços para eventuais aquisições de insumos e materiais cirúrgicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e das unidades e serviços integrantes da rede municipal de saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

A contratação compreenderá o fornecimento dos materiais relacionados no Termo de Referência, em conformidade com as respectivas especificações técnicas, unidades de fornecimento, quantitativos estimados e demais condições estabelecidas, de modo a assegurar que os produtos sejam adequados às finalidades assistenciais a que se destinam.

Os materiais deverão ser fornecidos de acordo com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, observando-se, quando pertinente, os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes, especialmente quanto à fabricação, registro ou notificação, acondicionamento, embalagem, identificação, conservação, transporte, validade e rastreabilidade.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a necessidade efetiva dos serviços e a disponibilidade dos materiais em estoque, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

As entregas deverão ocorrer nos locais e prazos definidos no Termo de Referência, acompanhadas da documentação necessária à conferência dos produtos, possibilitando à Administração verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas no processo licitatório.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e identificados, com prazo de validade adequado e sem avarias, violações, sinais de deterioração ou quaisquer outras condições que possam comprometer sua qualidade ou segurança.

A futura contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento dos materiais em conformidade com as condições estabelecidas, incluindo, quando aplicável, transporte, carga, descarga, acondicionamento e demais custos necessários à entrega, bem como pela substituição, sem ônus adicional para o Município, dos produtos que apresentarem defeitos, avarias, irregularidades ou que estiverem em desacordo com as especificações contratadas.

A solução adotada deverá proporcionar condições para a manutenção de estoque adequado dos materiais cirúrgicos, permitindo o atendimento das demandas ordinárias e eventuais dos serviços de saúde, sem a necessidade de aquisição imediata de todos os quantitativos estimados.

A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá que as aquisições sejam realizadas de acordo com a demanda efetivamente apresentada durante a vigência da Ata, considerando a variação natural do número de atendimentos, procedimentos realizados, demandas espontâneas, situações de urgência e emergência e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação deverá observar os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade e interesse público, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Assim, a solução consiste na realização de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, possibilitando futuras aquisições parceladas de insumos e materiais cirúrgicos, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos de saúde, a adequada gestão dos estoques e a utilização racional dos recursos públicos.

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar requisitos suficientes para assegurar que os insumos e materiais cirúrgicos a serem fornecidos apresentem **qualidade, segurança, adequação ao uso pretendido e compatibilidade com as necessidades dos serviços de saúde municipais**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas sanitárias e regulamentares aplicáveis.

Os produtos deverão atender integralmente às **especificações, características, unidades de fornecimento e quantitativos** estabelecidos no Termo de Referência, devendo ser fornecidos em conformidade com as condições e padrões de qualidade exigidos para sua utilização nos serviços de saúde.

Constituem requisitos mínimos da contratação:

- Os materiais deverão ser **novos, de primeiro uso, íntegros e em perfeitas condições de utilização**, não sendo admitidos produtos danificados, violados, deteriorados ou que apresentem qualquer alteração que possa comprometer sua utilização;
- Os produtos deverão possuir **registro, notificação, cadastro ou autorização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, quando exigível pela legislação aplicável ao respectivo produto;
- Os materiais deverão ser fornecidos devidamente **acondicionados, embalados e identificados**, de forma a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e utilização;
- As embalagens deverão apresentar, quando aplicável, informações relativas a **fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, registro/notificação sanitária e demais informações exigidas pela legislação**, permitindo a adequada rastreabilidade dos produtos;
- Os produtos deverão ser entregues com **prazo de validade adequado ao consumo**, conforme percentual mínimo ou prazo mínimo definido no Termo de Referência, de modo a evitar o recebimento de materiais próximos ao vencimento;
- Os materiais deverão ser transportados em condições adequadas, observando-se, quando aplicável, as condições específicas de **temperatura, conservação, higiene, acondicionamento e segurança** determinadas pelo fabricante e pela legislação sanitária;
- A futura contratada deverá realizar a entrega dos produtos **nos locais, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência**, conforme as solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada, conforme a necessidade da Administração**, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados no Registro de Preços;
- Os produtos deverão corresponder exatamente às especificações constantes do instrumento convocatório, sendo vedada a entrega de material diverso daquele ofertado e aceito pela Administração, salvo hipótese formalmente autorizada nos termos da legislação;
- A contratada deverá substituir, **sem ônus adicional para o Município**, os materiais que forem entregues em desacordo com as especificações, apresentarem defeitos, avarias, irregularidades ou qualquer condição que impeça sua utilização adequada;
- A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo **transporte, carga, descarga e demais custos necessários à entrega dos produtos**, salvo disposição diversa expressamente prevista no Termo de Referência;
- Quando aplicável, os produtos deverão possuir **Certificado de Boas Práticas, Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE ou outros documentos sanitários**, quando legalmente exigidos em razão da natureza do produto ou da atividade desenvolvida pela empresa;
- A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das eventuais contratações decorrentes, as **condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, na forma da legislação vigente;
- Os fornecedores deverão observar as normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos produtos, inclusive aquelas relacionadas à **segurança, armazenamento, transporte, rastreabilidade e controle de**

qualidade, quando pertinentes;

- O recebimento dos materiais ficará condicionado à **conferência quantitativa e qualitativa** pela Administração, não afastando a responsabilidade da contratada por vícios ou defeitos posteriormente identificados;
- Considerando a natureza dos produtos, não será admitido o fornecimento de materiais que apresentem **embalagem violada, sinais de contaminação, deterioração, alteração de características, ausência de identificação ou qualquer outra condição que comprometa sua segurança ou utilização**.

A contratação deverá ainda observar critérios de **economicidade, eficiência, competitividade e padronização**, evitando-se a inclusão de exigências que não sejam indispensáveis à adequada execução do objeto ou que possam restringir injustificadamente a participação de potenciais fornecedores.

Por se tratar de materiais destinados à área da saúde, os requisitos estabelecidos deverão ser compatíveis com a **finalidade assistencial dos produtos**, priorizando-se a segurança dos pacientes e profissionais, a qualidade dos materiais e a garantia de fornecimento regular durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A comprovação do atendimento aos requisitos deverá ocorrer na forma estabelecida no edital e no Termo de Referência, mediante a apresentação da documentação técnica, sanitária e comercial pertinente, quando exigível, preservando-se a competitividade do certame e observando-se os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

10 – GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

A gestora do contrato será a Sra. Karla Daiane Gianetti, Secretária Municipal da Saúde.
A fiscal do contrato será a Sra. Maria Eduarda Campos, Gerente municipal de processamento de dados e integração.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativas, contendo os materiais que foram entregues e/ou os serviços executados, devidamente atestadas pelo(a) Fiscal(a) do contrato ou Ata de Registro de Preços, comprovante de recolhimento dos encargos sociais.

12 – CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os materiais constantes neste termo deverão ser adquiridos conforme solicitações expedidas pela Secretaria Requisitante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho.
Constatadas irregularidades na prestação do objeto contratual, o Contratante poderá:
a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da unidade requisitante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
b) se disser respeito à diferença na quantia, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
Nas hipóteses acima citadas, caberá à contratada arcar com todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto deste processo licitatório, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem etc.

13 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência.
A empresa contratada deverá relatar à administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto ou prestação do serviço;
A empresa contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela liberação junto aos órgãos MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, com relação ao fornecimento/execução do objeto;
Cumprir as exigências descritas no **ITEM 8 "REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO"**

14 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
Menor preço por item

15 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
R$ 402.958,57

16 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação ocorrerá através de recurso informado pelo setor competente, mediante autorização e ciência do Secretário da Pasta.

17 – LOCAL DE ENTREGA
Os produtos deverão ser entregues no endereço no Centro de Saúde III Dr. "Felippe Miguel" Rua Sete de Setembro, 651 – Centro, nos seguintes horários: 07:30 às 10:30 e 13:30 às 16:30 horas, impreterivelmente no setor de Almoxarifado.

18 – GARANTIA
Não se aplica.

19 – DO REAJUSTE DE PREÇO
Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução total como pactuado. O procedimento de atualização dos Preços Registrados serão de acordo com previsto na Lei Federal nº 14.133 e no Decreto Municipal nº 513/2023, 22/03/2023.

20 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO OU NÃO OBJETO
A entrega dos materiais será de forma parcelada.

21 – CONTROLE DE EXECUÇÃO
O controle de execução do contrato será realizado pelo fiscal de contrato, conferindo e atestando se a Contratada está fornecendo o item em conformidade com este Termo de Referência.

22 – SANÇOES ADMINISTRATIVAS
Conforme Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Em casos que o licitante praticar infrações administrativas prevista nesta Lei, serão aplicadas aos responsáveis as seguintes sanções:

- **advertência;**
- **multa;**
- **impedimento de licitar e contratar e**
- **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**

Serão consideradas na aplicação das sanções a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstancias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
A sanção de ADVERTÊNCIA, será aplicada exclusivamente em casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Em casos de aplicação de MULTA será aplicado o valor de 10% do contrato licitado e será aplicada ao responsável por quaisquer infrações previstas no Art.156 da Lei 14.133/21.

Especificamente em casos de atrasos no cumprimento do prazo de entrega, estará a vencedora sujeita a aplicação de multa com percentuais específicos, sempre relativas ao valor do contrato limitados ao valor de 30% do valor total do contrato.
Atraso de até 10 dias, multa de 0,50% ao dia.
Atraso de 11 a 20 dias, multa de 0,75% ao dia.
Atraso superior a 20 dias, multa de 1% ao dia.

Tratando-se de aplicação de IMPEDIMENTO DE LICITAR ou contratar com a Administração Pública, será aplicada ao responsável quando cometer infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII previstas no Art.155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Municipal direta e indireta pelo máximo de 03 (três) anos.

Por fim, em casos de DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR será aplicada ao responsável quando cometer infrações previstas nos incisos VII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IX, V, VI e VII previstas no Art.155 da Lei 14.133/21, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a aplicação de impedimento de licitar com a Administração. Ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com todos os entes federativos da administração pública direta ou indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Importante reforçar que a aplicação desta penalidade será precedida de análise jurídica bem como observada as regras do §6º do Art.156 da Lei 14.133/21.

Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a

constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas Lei Federal nº 14.133/2021.
As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Os procedimentos necessários para aplicação das sanções serão realizados conforme Regulamento Municipal

Será garantido a ampla defesa e contraditório.
Competência para aplicação de sanções em caso de irregularidades contratuais.
Ao Órgão Gerenciador.
Aplicar as penalidades decorrentes:
a) de infrações no procedimento licitatório;
b) do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações.
Ao Órgão Participante:
Aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador. Autonomia.

Ipaussu, 08 de Agosto de 2026.

_____
Karla Daiane Gianetti
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026 – Protocolo Administrativo nº 8.839/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU, com sede na Rua Washington Luiz, 819, Centro, CEP:18950-025, Ipaussu-SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 44.563.583/0001-34, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. _____, nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/21, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº /2026, tipo menor preço, RESOLVE registrar os preços da empresa **Detentora da Ata**: *********, CNPJ/MF n**º.**********,com sede a **********, representado por *******, ****, portadora do RG:******* e do CPF: ***, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instruções Normativas, Decretos Municipais nº 509, 511, 512, 513, 515, 516, 518, 526, 527/2023 e demais decretos necessários, publicados em 13 de abril de 2023 no Diário Oficial de Ipaussu (https://www.gdoe.com.br/publicacao/?arq=6437fb303f1d8.pdf), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos para atenderem a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

1.2. São parte integrante desta Ata e vinculam independentemente de transcrição:

1.2.1. Termo de Referência Anexo I;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta cujos preços tenham sido registrados;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item/serviço, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIT	QTD	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** será a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado partir da publicação do extrato da ata no Portal de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, permitida a prorrogação por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/23 e art. 71, § 1º do Decreto nº 513/2023, de 22/03/2023.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo ser indicado expressamente pelo setor requisitante o prazo de prorrogação e quantitativo renovado. Art. 72 do Decreto 513/2023, de 22/03/2023.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

5.3.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.5. A habilitação dos licitantes remanescentes somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, art. 71, §4º, Inciso III do Decreto nº 513/2023, nas seguintes hipóteses:

5.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.5, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (Artigos: 74 e 77, Decreto Municipal nº 513/2023

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Art. 75, §1º, Inciso III do Decreto nº 513/2023.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescente, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso. (Decreto nº 513/2023).

7.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.1.7. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável

7.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescente, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7. (Decreto nº 513/2023).

7.1.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1.5 e no item 7.1.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.1.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do

preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO AS ATA OU DOS PREÇOS REGISTRADOS (Artigos: 78 e 79, Decreto Municipal nº 513/2023

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, conforme art. 78, Decreto nº 513/2023, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese desde se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.

8.2. A ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

8.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou registro de preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e *na Lei Federal nº 14.133, de 2021.*

9.1.1. As sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, também se aplicam aos fornecedores remanescentes, quando convocados, no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, pagamento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ipaussu, .. de ..... de 2026.

P.M.Ipaussu/SP	Razão Social
Luiz Carlos Souto	Nome do Representante legal
Prefeito	Cargo
Órgão gerenciador	Detentora da Ata

Testemunhas: _____ _____

ANEXO III- LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)***

CONTRATANTE:_____
CONTRATADO:_____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):_____
OBJETO: _____
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:_____

Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____
Pela contratada:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

Observação: Além da assinatura do presente Termo de Ciência e Notificação, no ato da assinatura contratual, para atendimento das instruções do TCESP, fica a empresa obrigada a apresentar a Declaração de Atualização Cadastral do proprietário da empresa junto ao CadTCESP: link https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI N° 11.488, DE 2007

DECLARAÇÃO

A empresa ..... , inscrita no CNPJ: ....., com sede na..... , (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº , por intermédio de seu representante legal ....., portador do CPF:....., abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

□ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

□ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 37/2026** da Prefeitura Municipal de Ipaussu- SP.

Local e data

Representante Legal

(Observação: colocar a declaração em papel timbrado da empresa licitante

ANEXO V
DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

AO MUNICÍPIO DE IPAUSSU-SP

Pregão Eletrônico nº 37/2026 – **Objeto:** Registro de preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos para atenderem a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

A Empresa ..... , devidamente inscrita no CNPJ nº ....., com endereço na Rua ....., nº ....., CEP:..... na cidade de ..... Estado do....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)..... , inscrito (a) no CPF nº ..... e RG nº .....,DECLARA expressamente:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

f) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Ipaussu ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

g) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

h) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

i) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

j) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

... de ..... de 2026.

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL- FINAL

***Proposta Readequada a ser enviada pelo licitante que apresentar a melhor proposta, finda a fase de lances, no sistema eletrônico.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2026.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições de insumos/materiais cirúrgicos para atenderem a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.
RAZÃO SOCIAL:
C.N.P.J:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
EMAIL:

ITEM	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
	TOTAL				**R$**

Declaro por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento de todas as condições e obrigações específicas e gerais desta licitação para a execução do objeto. PROPÕE entregar o (s) item (ns), pelo valor total de R$ _____(...).

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação da mesma.

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:
Nome Completo:.....
Cargo:.....
RG: ..... CPF: .....
Email:.....

_____, ___ de _____ de 2026.

Representante legal

CPF: